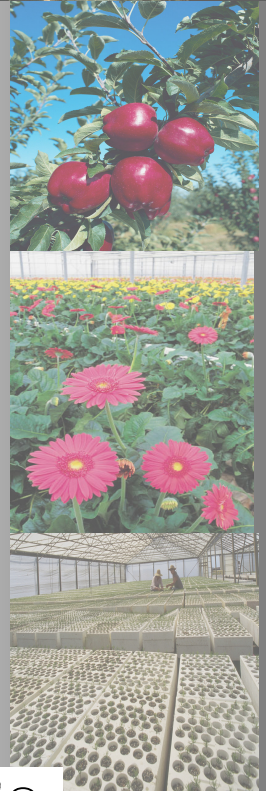




DIVISÃO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

AGRICULTURA BIOLÓGICA



CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA REGIÃO



ISABEL BARROTE

AGRICULTURA BIOLÓGICA

DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE

É a partir de 1994 que começa a haver registo da existência de produtores biológicos na área da actual Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Na altura o total de área ocupada por este modo de produção não ultrapassava os 3 366 ha. Actualmente a área cultivada é de 11 315 ha, o que corresponde a cerca de 0,04% da S.A.U. da região. Mas quem são estes produtores, que motivações os levaram a mudar o modo de produção, quais as principais dificuldades do sector, a que actividades se dedicam? Foi na tentativa de responder a estas questões que se pretendeu fazer uma breve caracterização da produção na região.

1. O PRODUTOR

O produtor que aderiu ao modo de produção biológico, tem, de uma forma geral, um perfil que o distingue do produtor da agricultura dita convencional. Na grande maioria dos casos tratam-se de pessoas jovens, enquadráveis na definição de jovem agricultor. As pessoas que encontramos de escalões etários mais elevados, correspondem muitas vezes a pessoas já retiradas de outras actividades, muito comumente do sector terciário, e que numa espécie de “nostalgia da terra” retornam a propriedades herdadas de familiares.

Também no que diz respeito a habilitações académicas, a maioria destes agricultores encaixam na definição de pessoas com formação superior. Muitas vezes esta formação nem é na área agrícola, embora também haja uma grande percentagem de pessoas com formação agrária, sobretudo entre os mais jovens, que, por falta de outras oportunidades de emprego, decidem desenvolver um projecto ligado à sua área de formação.

De uma forma geral podemos esquematizar duas situações-limite muito frequentes: a das pessoas mais velhas, que se vêm obrigadas a gerir propriedades herdadas e optam por converter a exploração a este modo de produção; e a de jovens que, não tendo ligações familiares directas à terra, decidem optar pelo arrendamento de propriedades em estado de abandono, onde não é difícil a adaptação a este modo de produção.

De qualquer forma é comum, estes produtores, com formação de base ou não na área agrícola, terem já adquirido os conhecimentos das metodologias bio.

2. AS MOTIVAÇÕES

Para além das razões já apontadas anteriormente, constatamos que a opção por este modo de produção foi deliberada e que há uma grande consciência dos problemas ambientais suscitados pela agricultura moderna. Conceitos como a preservação do

ambiente, dos solos, da paisagem e dos recursos estão bem consolidados, e são muitas vezes apontados como razões que justificaram a sua escolha.

Aliado a esta consciencialização da importância de, através deste tipo de agricultura, estarem a desempenhar um papel importante na garantia da sustentabilidade do ambiente e da paisagem, verificamos também uma preocupação com a qualidade do produto, quer em termos de segurança alimentar, quer em termos de propriedades organolépticas.

Muitos são os produtores que, sendo consumidores de produtos bio, procuram, enquanto produtores, atingir esse nicho de mercado. Dado tratar-se de um produto “diferente”, a esperança de obter uma mais valia na comercialização esteve muitas vezes na origem da opção tomada.

A esperança relativamente à expansão do mercado, também faz parte das razões, de natureza comercial, que motivaram a escolha, uma vez que o mercado já está saturado de produtos de agricultura convencional, o mercado de produtos diferenciados, espera-se, é um mercado ainda com perspectivas de expansão

A existência de incentivos financeiros a este modo de produção também é referida como uma das motivações, no entanto, normalmente é referida em segundo plano. Muitas vezes, a não inclusão desta razão como uma das principais, prende-se com o facto de um certo cansaço relativamente à grande carga burocrática aliada às candidaturas, relativamente aos montantes recebidos. No entanto, nas zonas em que a estrutura da propriedade é maior, especialmente no interior e nas culturas extensivas, menos exigentes e menos susceptíveis, como é o caso do olival e amendoal, esta razão assume uma certa importância.

Foram também identificadas algumas situações em que a opção pela produção bio não tem qualquer objectivo de produzir para o mercado, estando mais ligada a preocupações de natureza ecológica, em explorações de turismo rural, dirigido a utentes que querem consumir no alojamento produtos de qualidade e desfrutar de uma paisagem preservada.

3. ESTRANGULAMENTOS

3.1. QUESTÕES TÉCNICAS

Como já referimos grande parte destes produtores revelam possuir conhecimentos das tecnologias bio, pelo que não é frequente surgirem, entre as preocupações mais frequentes, problemas de natureza técnica, nomeadamente no controlo de pragas e doenças, o que nos leva a concluir, entre outras coisas, que é feito um correcto maneio do solo em termos de nutrição. Apenas uma pequena percentagem refere alguma dificuldade no controle de infestantes.

A maior preocupação no que diz respeito à boa condução das culturas prende-se com a dificuldade na obtenção de factores de produção, autorizados em agricultura biológica, e no custo dos mesmos. Este é um problema recorrente, na medida em que não sendo muito grande a procura, devido ao reduzido número de produtores biológicos, não é rentável para as empresas comerciais pedirem a homologação dos mesmos, que é um processo caro e moroso. Por outro lado a reduzida oferta desincentiva a adesão de alguns

produtores a este modo de produção. O que acontece é que os produtores acabam por se deslocar a Espanha, onde a oferta de produtos homologados é maior, o que vai encarecer ainda mais os produtos, já à partida caros.

O custo dos factores de produção e maquinaria específica deste modo de produção são, de resto, dos principais problemas apontados, o que encarece bastante o custo de produção.

Outro factor muito importante em Agricultura Biológica é a matéria orgânica, de origem animal ou vegetal. Nas explorações que se dedicam exclusivamente à produção vegetal, verifica-se uma grande dificuldade em encontrar, disponível no mercado, matéria orgânica animal com qualidade.

Todos estes estrangulamentos são um pouco consequência de o número de agricultores em agricultura biológica ser ainda reduzido, o que não justifica grandes investimentos por parte das empresas comerciais, dada a dimensão do mercado.

No que se refere a sementes, plantas de viveiro e outro material de propagação vegetativa a oferta é também ainda escassa, o que obriga os produtores a adquirir sementes no estrangeiro (mais caras) ou a ficar limitados à reduzida oferta do mercado nacional. No que diz respeito à fruta, este problema acaba por não assumir uma dimensão muito importante, na medida em que, tratando-se de espécies que não entram imediatamente em produção, contrariamente às hortícolas, pode ser adquirido material convencional, que depois sofre um período de conversão, que acaba por coincidir com o período de não produção.

Relativamente a dúvidas quanto às técnicas produtivas, e porque se trata de produtores que, ou já tinham, ou tiveram o cuidado de adquirir formação, apenas se nota alguma hesitação quanto à oportunidade de execução de determinadas práticas culturais. A condução das culturas em A.B. assenta sobretudo na prevenção, dada a impossibilidade de utilizar tratamentos curativos, como acontece na agricultura convencional. Isto implica, da parte do produtor, um grande acompanhamento da cultura e uma sensibilidade aguçada para, aos primeiros sintomas, proceder à aplicação de tratamento preventivo. Em consequência, o consumo de mão-de-obra é muito maior que na agricultura convencional, o que também aumenta os custos de produção, e constitui um problema nos locais onde há escassez de mão-de-obra. O problema é especialmente notório no controle de infestantes em hortícolas, em que as áreas reduzidas das explorações da região, não justificam a aquisição de maquinaria adequada, tendo que ser feita a monda manualmente.

A agricultura biológica é ainda encarada com algum cepticismo, muitas vezes ligada a movimentos alternativos de encarar a vida, numa reminiscência dos movimentos hippies dos anos sessenta, e por vezes os produtores biológicos sentem alguma discriminação e sobretudo desconfiança dos agricultores locais. O relacionamento com os organismos oficiais, particularmente o MADRP, é também motivo de queixas, devido à falta de apoios financeiros e à falta de sensibilidade para a problemática específica associada a este modo de produção.

Nesta fase, passados dezassete anos da publicação do regulamento comunitário que institucionaliza as regras do modo de produção biológico, as sucessivas alterações e derrogações que o regulamento base sofreu, fez dele um documento complexo, de difícil consulta e interpretação, o que constitui mais outro problema para quem se quer dedicar a esta área.

3.2. QUESTÕES COMERCIAIS

Tal como acontece na agricultura convencional, é aqui que reside o cerne de toda a problemática que define o sucesso, ou não, de uma exploração agrícola.

De facto este revela-se o principal entrave à expansão do número de explorações em agricultura biológica na região, uma vez que, não havendo organização da produção, e considerando a reduzida dimensão das propriedades, a oferta é escassa, dispersa e sem condições de garantir regularidade no abastecimento.

Este problema é especialmente grave nos produtos perecíveis, como é o caso das hortícolas, de que o mercado é muito carente. A inexistência de um entreposto e canais de escoamento, especialmente vocacionados para produtos bio, aliado à distância das explorações dos principais centros consumidores, têm desmotivado muitos produtores que, não conseguindo vender os produtos com a mais valia que lhe é associada pelo modo de produção específico, optam por vender, sem a marca de certificação, nos mercados locais. O que se verifica é que, neste caso, embora não seja feita referência ao modo de produção específico, a aceitação dos produtos por parte dos consumidores é grande, na medida em que o produto se impõe e distingue dos outros pela sua qualidade, não havendo problemas de escoamento.

Este mercado é ainda um mercado muito frágil, especialmente nos centros urbanos do norte, em que os preços elevados, muitas vezes especulativos, praticados pelos comerciantes, aliado à recessão económica, têm entravado o crescimento do consumo destes produtos. No entanto, os preços praticados ao consumidor não reflectem, de forma nenhuma, uma valorização dos preços pagos ao produtor, sendo antes o reflexo de uma produção mal organizada e uma tentativa de explorar uma certa obsessão pela “alimentação saudável” que tem tornado estes produtos privilégio de uma minoria e tem impedido o alargamento do seu consumo a grande parte da população.

Os casos de sucesso que é possível destacar, quer na região, quer no país, são casos que, de alguma forma, conseguiram quebrar este ciclo em que se enreda a produção agrícola, e estabeleceram canais de distribuição próprios, muitas vezes escoando, para além da produção própria, a produção de outras explorações próximas.

Neste momento, para além dos produtos biológicos transformados, onde dominam os produtos importados, também já nos frescos se verifica uma grande concorrência estrangeira, especialmente espanhola, que, devido à proximidade, à maior dimensão da propriedade agrícola e consequentemente da oferta, aliada a uma melhor organização da produção, já constituem uma ameaça séria para os nossos produtores biológicos.

4. ÁREA CULTIVADA EM AGRICULTURA BIOLÓGICA

A área cultivada em agricultura biológica tem ainda uma muito fraca expressão, não atingindo os 0,05% da SAU.

Os concelhos onde, desde sempre, este modo de produção registou maior número de operadores e uma maior área cultivada, foram os concelhos de interior, onde, devido à

maior dimensão da propriedade e ao tradicional cultivo em extensão de espécies como a oliveira e a amendoeira, tornaram mais fácil a conversão à agricultura biológica.

No Quadro 1 apresentam-se os valores correspondentes ao número de produtores com actividade notificada e a respectiva percentagem, relativamente ao total de explorações na delegação e na Região. Relativamente às áreas cultivadas, procedeu-se de igual forma: calculou-se a área em produção bio relativamente à SAU total. Foi utilizada esta metodologia uma vez que, sendo a extensão de cada delegação muito variável, especialmente entre as delegações de litoral e as de interior, pareceu-nos que os valores absolutos (quer de áreas, quer de número de produtores) não permitiam tirar ilações relativamente à representatividade deste modo de produção.

Com base nestes valores, foi feita uma zonagem da área cultivada em agricultura biológica no espaço ocupado pela DRAPN, que se apresenta na figura 1.

Podemos constatar que, nas duas Delegações de interior, Nordeste Transmontano e Douro, a percentagem de área cultivada é superior à média da região, contrariamente às Delegações mais próximas do maior centro de consumo destes produtos da região, a zona do Grande Porto, onde a expressão da agricultura biológica é muito reduzida.

5. A DISTRIBUIÇÃO CULTURAL

No quadro 2 apresentam-se os valores correspondentes à área cultivada correspondentes aos principais tipos de culturas.

As culturas com maior expressão são as culturas tradicionalmente cultivadas em extensão: o olival, os frutos secos e as pastagens e forragens. Os dois primeiros nas delegações de interior e as pastagens e forragens no litoral.

O olival (figura 2) apenas aparece nas três Delegações de interior, com maior importância (52% da área total de olival biológico) na Delegação do Nordeste Transmontano.

A área ocupada por pastagens e forragens (figura 3) é mais representativa em três Delegações: o Nordeste Transmontano, o Douro e o Cavado. Embora a Delegação de Minho-Lima faça parte das que mais contribuem para o valor total da área cultivada, não considerámos relevante incluir esta Delegação entre as mais representativas, na medida em que corresponde ao peso de um único operador com 583 ha, que tem tido alguns problemas de gestão da exploração e cuja manutenção em actividade vai ser problemática.

As figuras 4 a 9 correspondem à distribuição das culturas, consideradas nas restantes colunas do Quadro 2, pelas Delegações da Região. De uma forma geral verifica-se que as Delegações de interior contribuem com uma maior área no computo geral, à excepção do caso da horticultura, em que há uma distribuição quase uniforme, com uma ligeira dominância da região correspondente à Delegação do Nordeste Transmontano. A única verdadeira excepção é a cultura de plantas aromáticas em que as três principais regiões de produção são as Delegações do Tâmega, Ave e Minho-Lima.

6. A AGRICULTURA BIOLÓGICA EM CADA DELEGAÇÃO

As figuras 10 a 17 pretendem dar uma ideia de como está distribuída a área total em modo de produção biológico pelos diferentes tipos de culturas, em cada Delegação.

Podemos constatar que, nalguns casos existe uma nítida dominância de um tipo de cultura, contribuindo com mais de 50% da área cultivada neste modo de produção, como é o caso das Delegações de Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes e Nordeste Transmontano. Nas Delegações do Ave, Tâmega, Entre-Douro-e-Vouga e Douro, existe uma distribuição mais equitativa, permitindo identificar pelo menos três tipos de culturas com algum peso.

Com base nesta informação foi elaborada a figura 18 que pretende ilustrar quais os dois tipos de cultura mais importante em cada Delegação.

Por observação desta figura, parece-nos ser possível concluir que a maior adesão ao modo de produção biológico se registou nas culturas que tradicionalmente são cultivadas em extensão, com uma tendência para as pastagens e forragens no litoral e para o olival no interior.

DELEGAÇÃO	PRODUTORES			ÁREA		
	BIO	TOTAL	%	BIO	TOTAL	%
MINHO-LIMA	13	16.201	0,08%	671,16	1.930.679	0,03%
CÁVADO	53	14.365	0,37%	711,11	3.611.734	0,02%
AVE	11	10.413	0,11%	38,96	2.124.691	0,00%
TÂMEGA	16	14.466	0,11%	200,03	2.091.875	0,01%
ENTRE DOURO E VOUGA	8	9.218	0,09%	48,53	1.120.289	0,00%
ALTO TRÁS MONTES	53	19.699	0,27%	1.631,49	4.878.348	0,03%
NORDESTE	199	17.424	1,14%	4.773,84	9.168.914	0,05%
DOURO	100	23.043	0,43%	3.239,67	1.906.175	0,17%
TOTAL	453	124.829	0,36%	11.314,78	26.832.705	0,04%

QUADRO 1 – Produtores e área cultivada em modo de produção biológico (% do total)

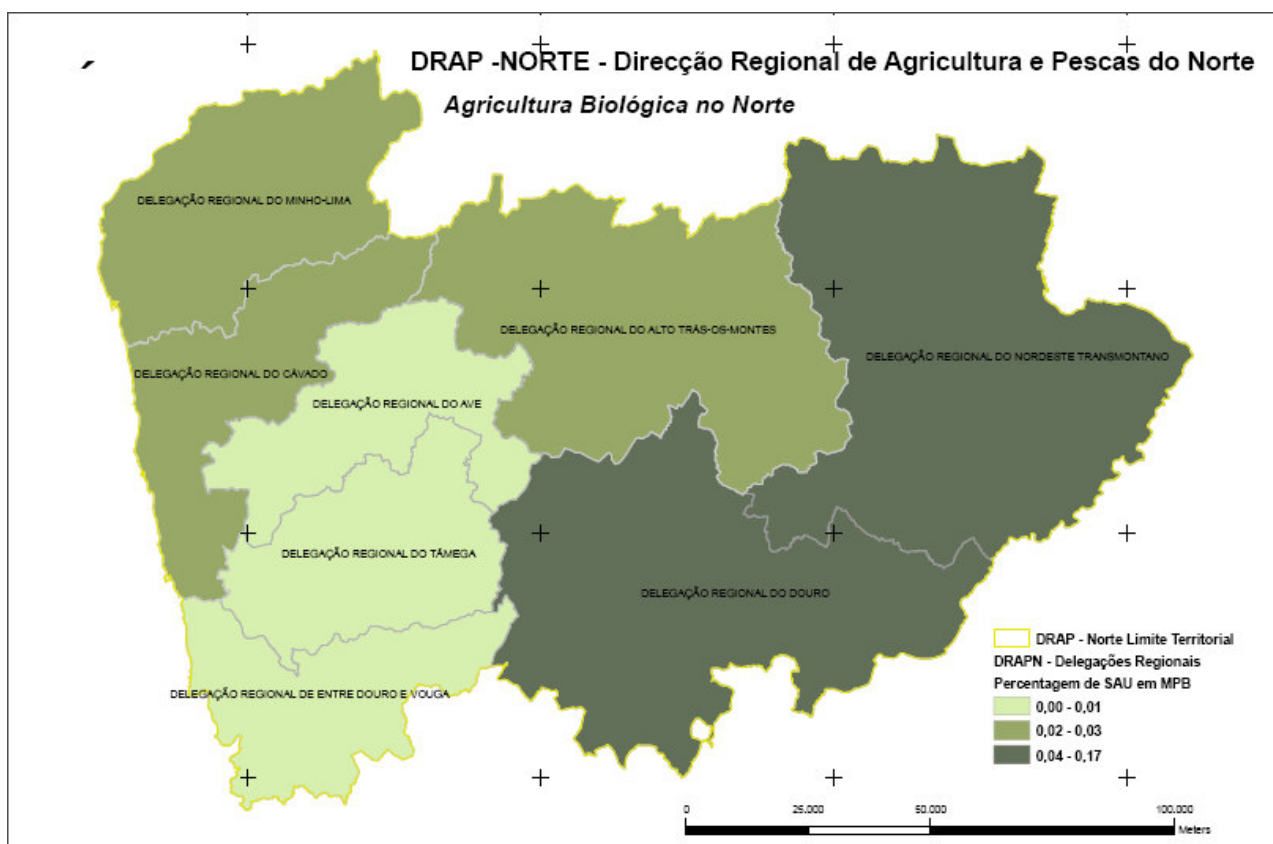


Figura 1 – A Agricultura Biológica na Região Norte – Distribuição por classes de área (em percentagem da SAU)

DELEGAÇÃO	Nº OPERADORES	ÁREAS (hectares)									
		Olival	Past.e forragens	Vinha	Arvenses	Frutos frescos	Horticultura	Frutos secos	Aromáticas	Outros	Área Total
MINHO-LIMA	13	0	602,70	27,59	16,93	6,52	9,33	4,35	3,15	0,59	671,16
CÁVADO	53	0	638,50	7,74	19,16	10,21	16,92	5,52	1,87	11,20	711,11
AVE	11	0	11,56	2,99	0,83	7,91	4,83	0,00	6,76	4,08	38,96
TÂMEGA	16	0	28,15	76,94	4,64	37,11	9,93	1,17	6,79	35,30	200,03
E. DOURO E VOUGA	8	0	5,59	0,00	1,88	21,51	11,19	4,19	2,45	1,72	48,53
ALTO TRÁS MONTES	53	1.026,5	287,36	32,88	43,66	49,41	9,42	168,01	0,00	14,24	1.631,49
NORDESTE	199	2.438,9	728,86	97,72	95,20	143,05	30,01	1.235,96	0,00	4,12	4.773,84
DOURO	100	1.212,9	667,61	223,43	50,72	26,46	1,76	1.052,45	0,92	3,34	3.239,67
TOTAL	453	4.678,41	2.970,33	469,29	233,02	302,17	93,39	2.471,65	21,93	74,59	11.314,78

QUADRO 2 – Distribuição das culturas em Agricultura Biológica por Delegação

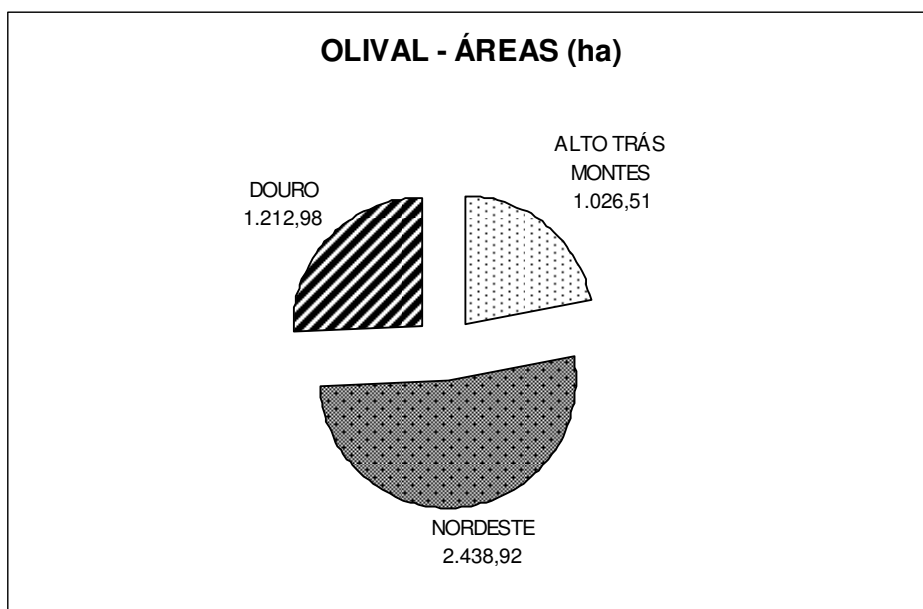


FIGURA 2 – Área de Olival Biológico – Distribuição por Delegações

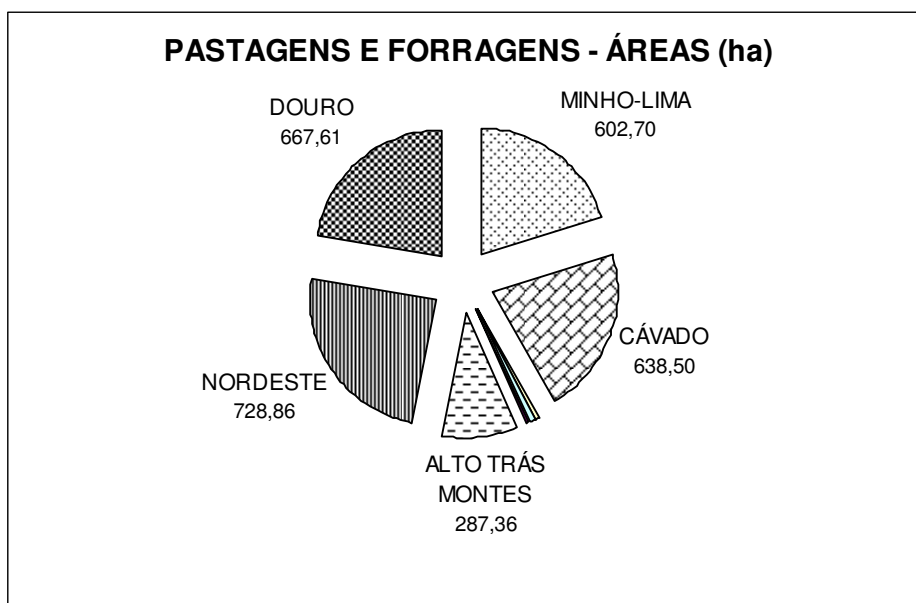


FIGURA 3 - Área de Pastagens e Forragens Biológicas – Distribuição por Delegações

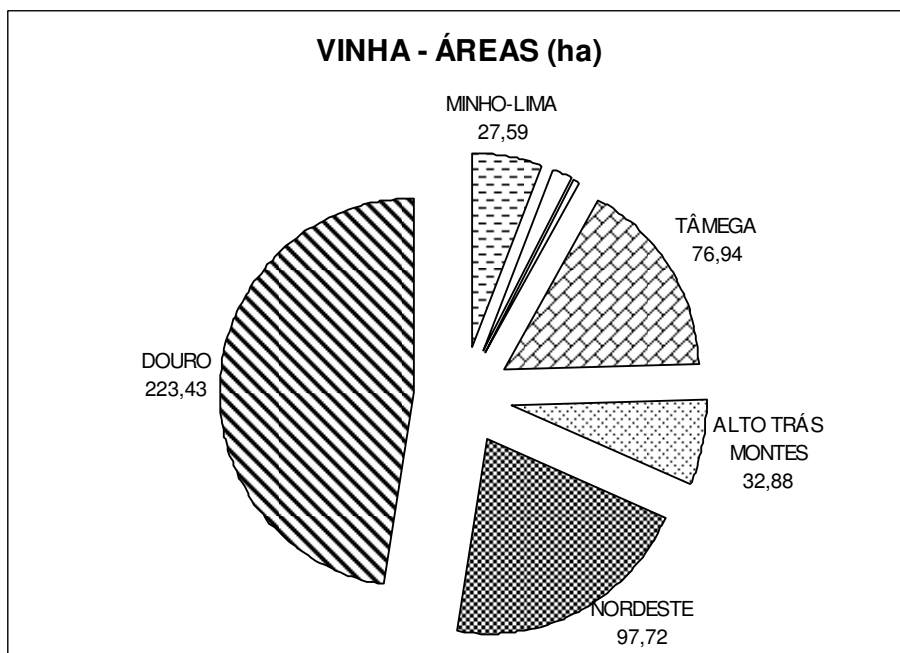


FIGURA 4 – Área de Vinha Biológica – Distribuição por Delegações

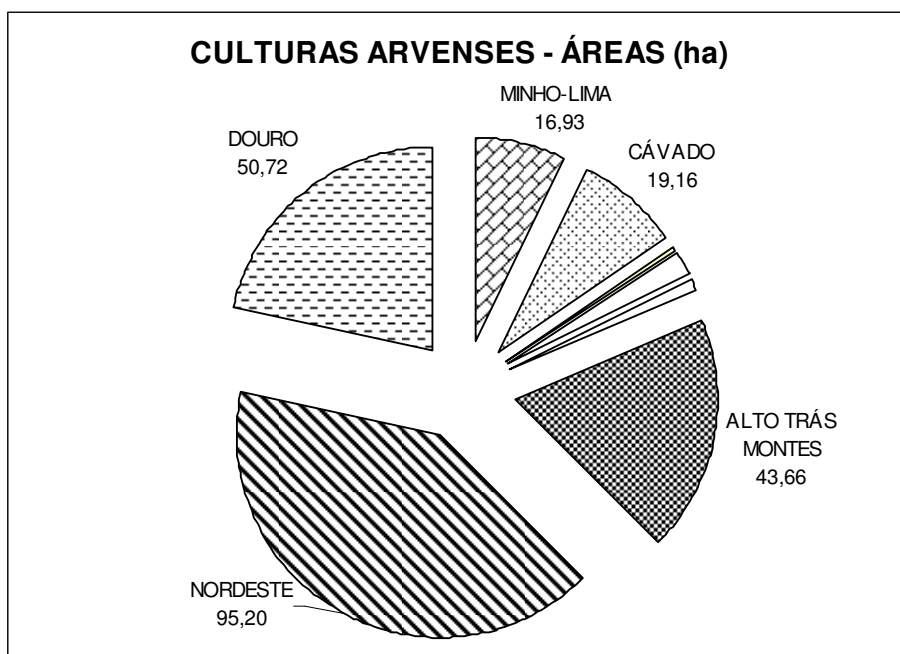


FIGURA 5 – Área de Culturas Arvenses Biológicas – Distribuição por Delegações

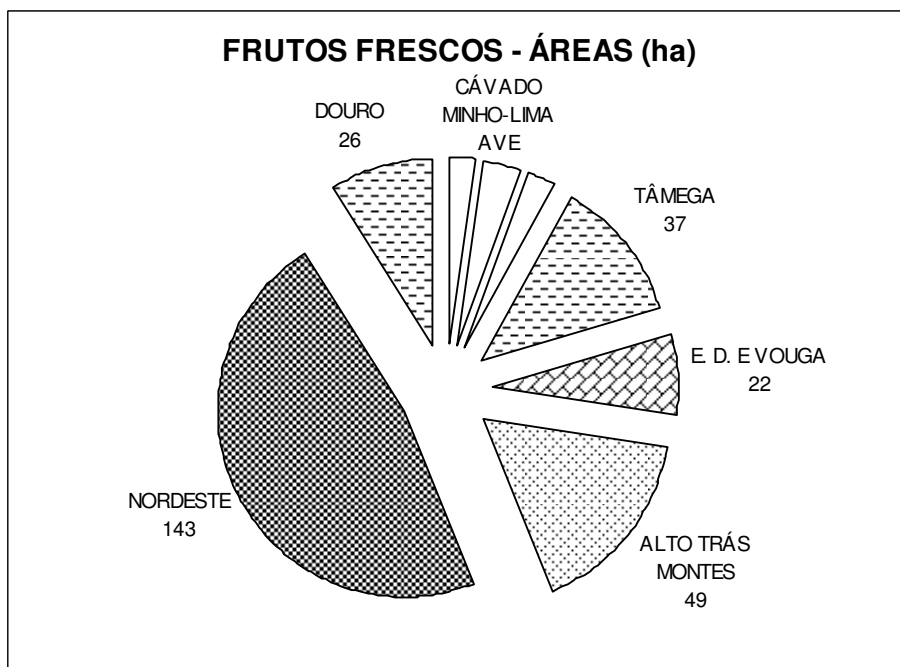


FIGURA 6 – Área de Frutos Frescos Biológicos – Distribuição por Delegações

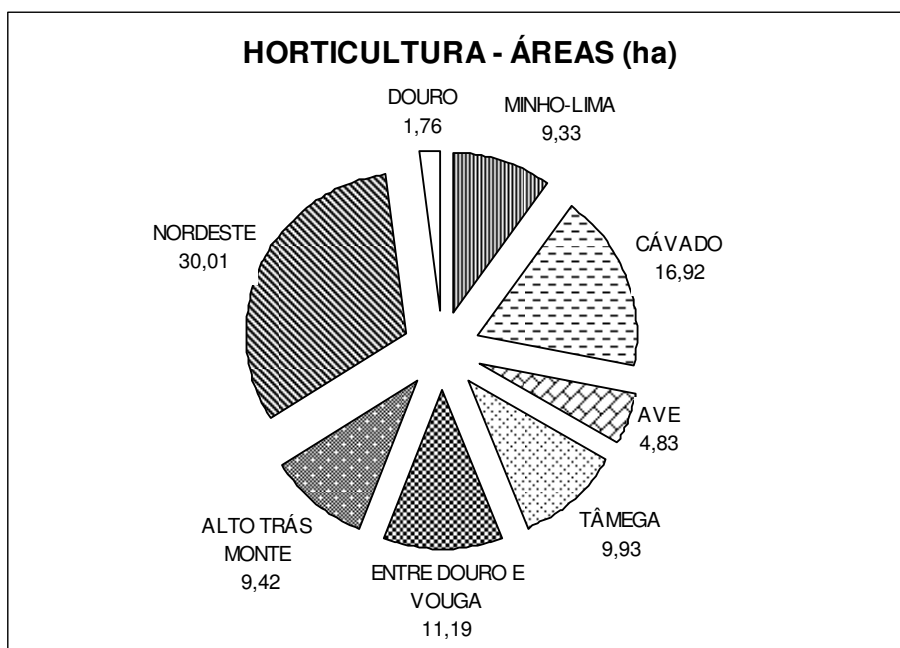


FIGURA 7 – Área de Horticultura Biológica – Distribuição por Delegações

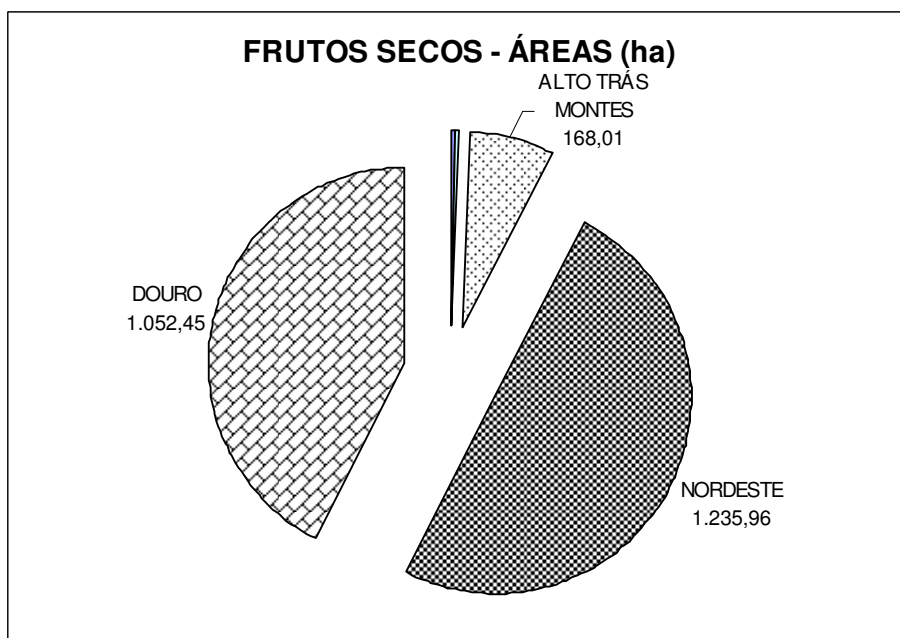


FIGURA 8 – Área de Frutos Secos Biológico – Distribuição por Delegações

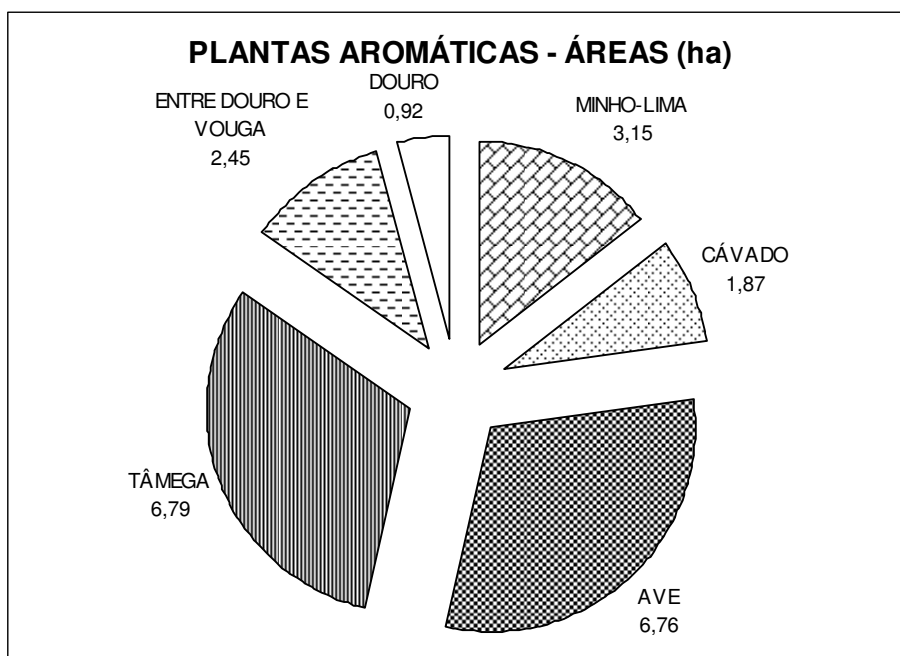


FIGURA 9 – Área de Plantas Aromáticas Biológicas – Distribuição por Delegações

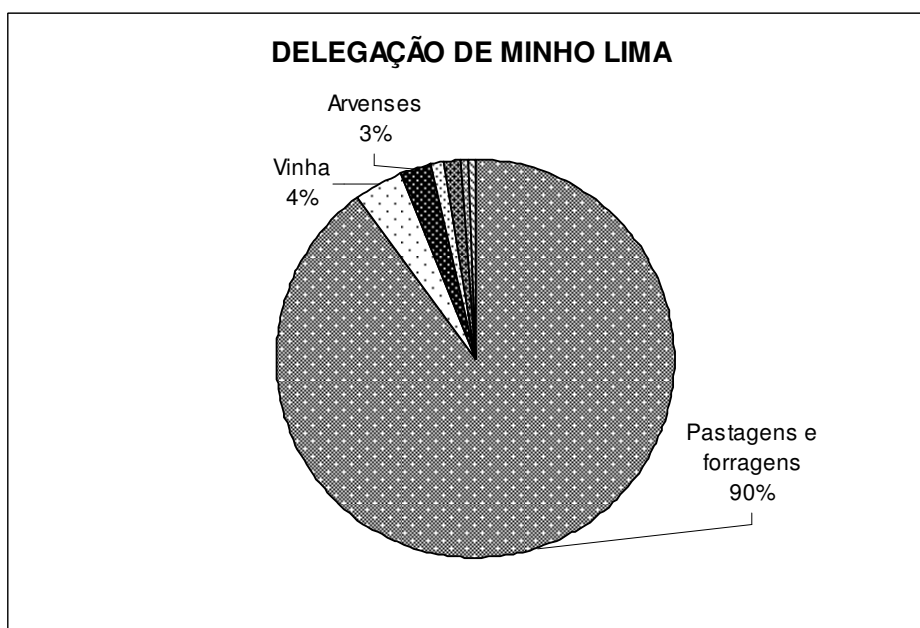


Figura 10 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação de Minho Lima



Figura 11 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação do Cávado

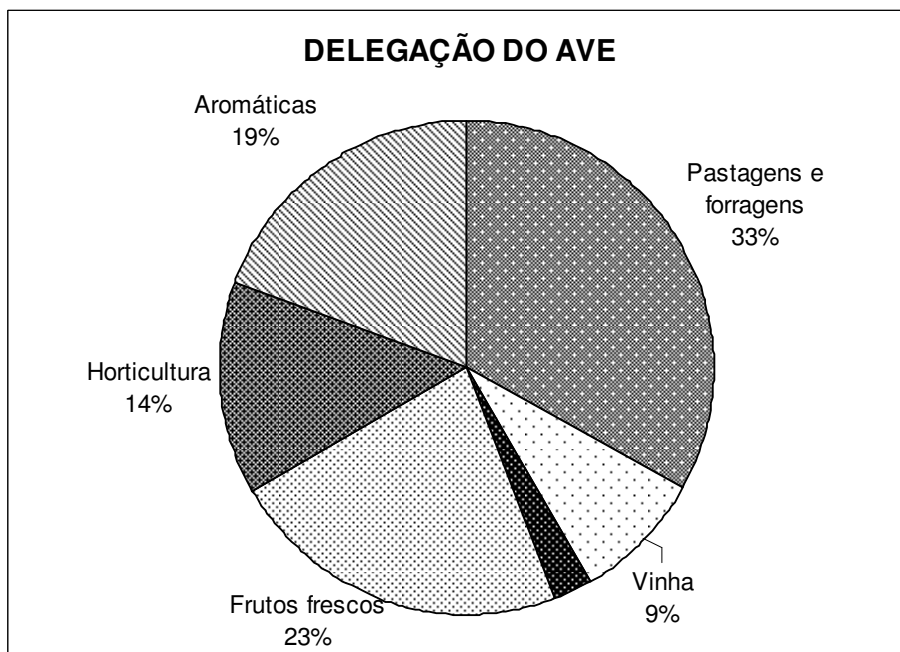


Figura 12 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação do Ave

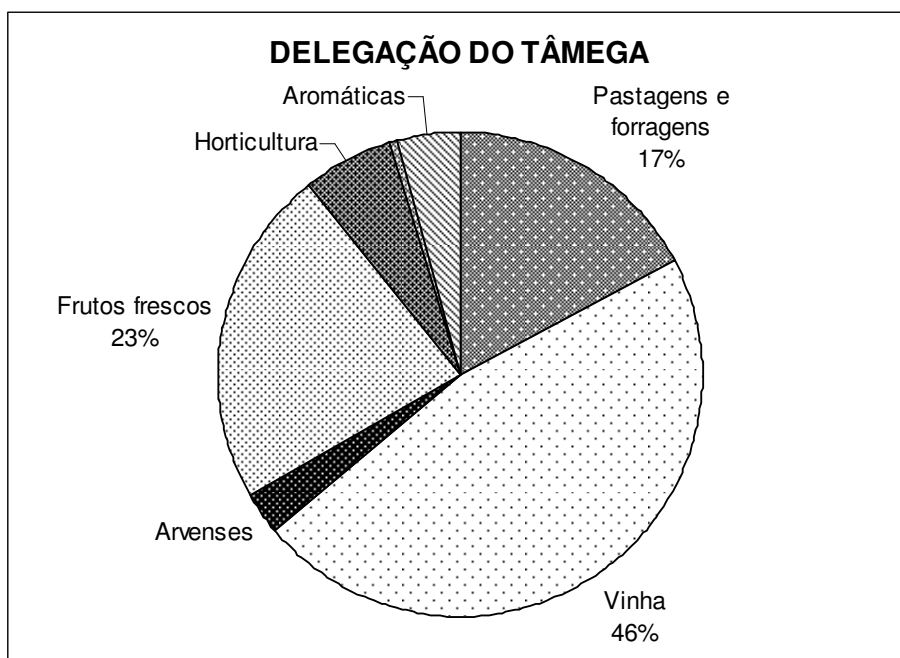


Figura 13 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação do Tâmega

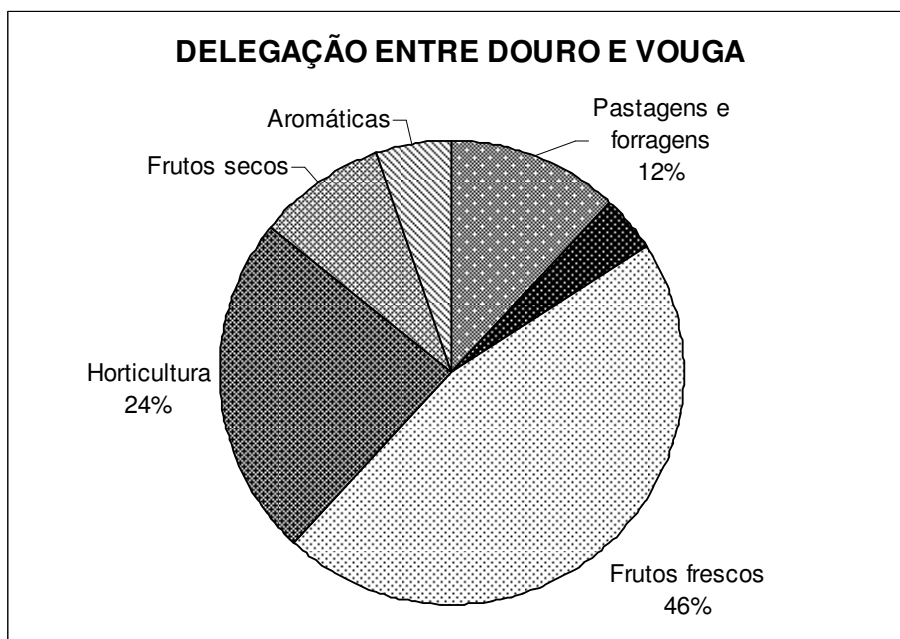


Figura 14 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação de Entre Douro e Vouga



Figura 15 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação de Alto Trás os Montes

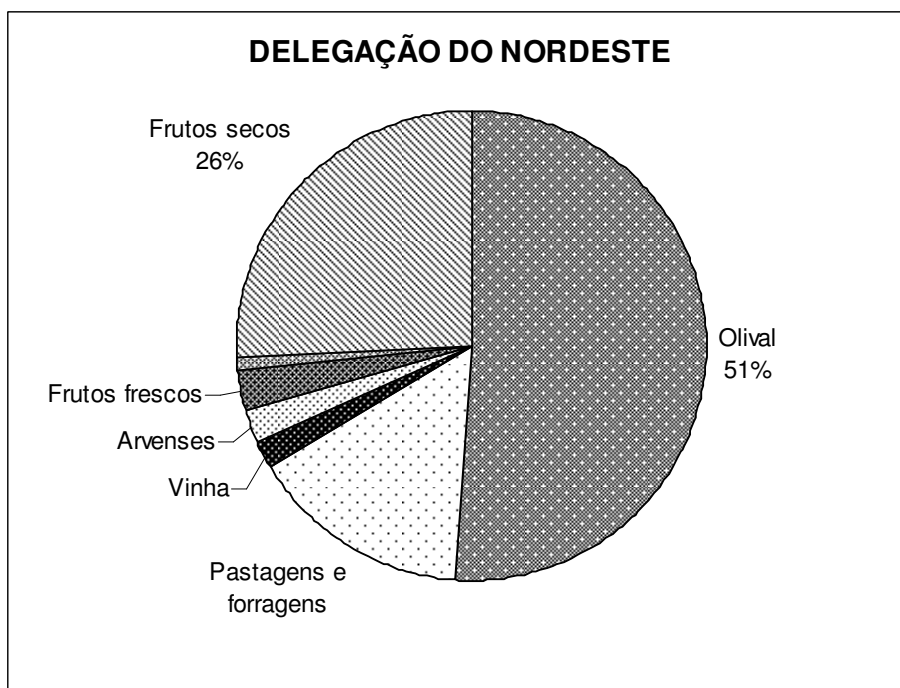


Figura 16 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação do Nordeste Transmontano

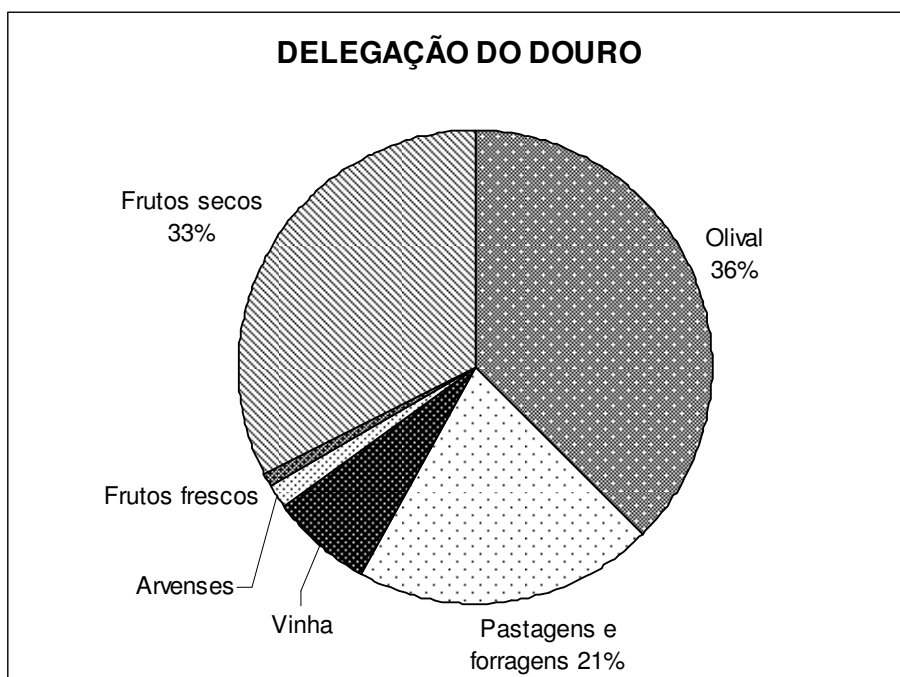


Figura 17 – Distribuição da área de cultura em MPB – Delegação do Douro

LEGENDA

CULTURA PRINCIPAL



Pastagens e forragens



Vinha



Frutos Frescos



Olival

CULTURA SECUNDÁRIA



Vinha



Arvenses



Frutos Frescos



Horticultura



Pastagens e forragens



Frutos secos